administração do Tribunal de Contas do Estado elaborado de forma colaborativa com todas as unidades de trabalho deste Tribunal;

CONSIDERANDO a necessidade de viabilizar o cumprimento de metas e a eficiência das ações contidas nos Planos de Gestão deste Tribunal;

CONSIDERANDO as diretrizes da administração deste Tribunal de Contas à Gestão Estratégica para cada biênio, entre as quais engajar os membros e servidores e colaboradores com a implementação da estratégia;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir o Comitê de Gestão Operacional (CGO), com o objetivo de articular e promover a execução das ações dos Planos de Gestão, bem como integrar os representantes responsáveis pela execução das atividades gerais de administração do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

Parágrafo Único - O Comitê de Gestão Operacional (CGO) será composto pelo presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, e as Unidades de Trabalho: Secretaria de Administração, Secretaria Geral, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Controle Externo, Secretaria de Controle Interno, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica, Procuradoria, Diretoria da Escola de Contas e Chefia do Gabinete da Presidência.

Art. 2º - O Comitê de Gestão Operacional (CGO) será presidido pelo Conselheiro (a) Presidente do Tribunal de Contas, que poderá delegar suas atribuições aos membros do Corpo Dirigente.

Art. 3º - O Comitê será coordenado pela Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica do Tribunal, e se reunirá mensalmente, e obedecerá a pauta previamente definida.

1º - Os integrantes do Comitê deverão encaminhar à Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica temas para inclusão na pauta, até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização da reunião.

2º - Elaborada a ata executiva, será distribuída por meio eletrônico em até 72 (setenta e duas) horas após a reunião.

3º - As ações aprovadas nas reuniões mensais do CGO deverão compor prioridade de pauta da reunião imediatamente posterior à sua deliberação.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Protocolo: 153731

PORTARIA Nº 32.173, 09 DE MARÇO DE 2017

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 15, XXXIV do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará – Ato nº 63/2014 com suas alterações;

CONSIDERANDO a solicitação contida no art. 17 da Resolução Atricon nº 01/2015 e ao que dispõe no art. 6º da Portaria TCE-PA nº 29.551, de 13 de abril de 2015;

RESOLVE:

Designar os servidores **ANA PAULA CRUZ MACIEL**, matrícula nº 0100415, Secretária de Controle Externo, **CARLOS CÉSAR SILVA GOMES**, matrícula nº 0100236, Secretário de Tecnologia da Informação e **LILIAN ROSE BITAR TANDAYA BENDAHAN**, matrícula nº 0100945, Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica, para comporem a Comissão de Controle de Qualidade da Avaliação, na aplicação do Marco de Medição de Desempenho do TCE-PA, no âmbito do Projeto Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas – QATC, promovido pela Atricon.

Protocolo: 153737

PORTARIA Nº 32.184, DE 09 DE MARÇO DE 2017.

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 15, XXXIV do Regimento Interno – Ato nº 63/2014 com suas alterações;

CONSIDERANDO que a Resolução Atricon nº 01/2015 regulamenta a aplicação do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas – MMD-TC, no âmbito do Projeto Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas - QATC, promovido pela Atricon;

CONSIDERANDO que o MMD-TC, integrante da segunda versão do QATC, tem por objetivo, segundo aquela resolução, fortalecer o sistema nacional de controle externo e contribuir para que os Tribunais de Contas atuem de maneira harmônica e uniforme, aprimorem a qualidade e agilidade das auditorias

e dos julgamentos, valorizando o controle social e oferecendo serviços de excelência, a partir de um padrão de fácil verificação e confirmação;

CONSIDERANDO a necessidade de viabilizar a avaliação voluntária do desempenho do Tribunal de Contas do Estado do Pará em comparação com as boas práticas internacionais e diretrizes estabelecidas pela Atricon, no âmbito do Projeto QATC;

RESOLVE:

Designar a servidora **ISABELLA TUPINAMBÁ EMMI**, Auditor de Controle Externo Direito – Assessor Técnico, matrícula nº 0100318, para compor o Comitê Consultivo da Atricon.

Protocolo: 153741

PORTARIA Nº 32.172, DE 09 DE MARÇO DE 2017

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 15, XXXIV do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará – Ato nº 63/2014 com suas alterações;

CONSIDERANDO o Sistema de Planejamento do Tribunal de Contas do Estado do Pará que está centrado em um modelo de gestão que envolve obrigatoriamente as etapas de planejamento, execução, monitoramento, avaliação e revisão das atividades deste TCE, instituído pela Resolução nº. 17.794/09 e alterado pela Resolução nº. 18.830/16.

CONSIDERANDO a necessidade de monitorar e avaliar as metas estabelecidas nos Planos de Gestão e Planos Estratégicos do Tribunal, bem como do Plano de Ação para avaliar o desempenho do TCE-PA em comparação com as boas práticas internacionais, no âmbito do projeto QATC- MMD-ATRICON.

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer ferramenta de monitoramento para o acompanhamento tempestivo das ações e etapas constantes dos Planos de Gestão e dos indicadores dos Planos Estratégicos do Tribunal, bem como do Plano de Ação, no âmbito do projeto QATC- MMD-ATRICON.

RESOLVE:

Art. 1º. Atualizar, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará, o Sistema de Monitoramento de Planejamento (SISPLAN), sistema informatizado, customizado e desenvolvido na plataforma "REDMINE", com o objetivo de monitorar e avaliar as ações, etapas, objetivos e indicadores estabelecidos nos Planos de Gestão e Planos Estratégicos do TCE-PA, bem como monitorar e avaliar as ações elencadas no Plano de Ação, no âmbito do projeto Marco de Medição do Desempenho (MMD-ATRICON).

Art. 2º. Cabe à Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica do Tribunal de Contas do Estado do Pará definir as diretrizes e orientações técnicas do processo de monitoramento e avaliação dos resultados alcançados nos Planos de Gestão e Planos Estratégico, bem como do Plano de Ação, do projeto QATC-MMD-ATRICON.

Art. 3º. Para efeito do monitoramento dos Planos de Ação, Planos Estratégicos e Plano de Ação do projeto QATC-MMD-ATRICON, os responsáveis pelas ações, etapas, objetivos e indicadores dos respectivos planos, bem como os responsáveis pelas ações do Plano de Ação, deverão utilizar o SISPLAN como ferramenta própria para o fornecimento de informações qualitativas e quantitativas, além de repositório de evidências quanto a execução e andamento das ações, etapas, objetivos e indicadores dos Planos supracitados.

Art. 4º. A gestão do sistema será de responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica e o desenvolvimento e manutenção do sistema serão realizados pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

Art. 5º. O Sistema deverá ser alimentado mensalmente, pelos responsáveis de cada ação, etapa, objetivo e/ou indicador, até o 10º (décimo) dia útil de cada mês subsequente.

Art. 6º. A Secretaria de Planejamento, no âmbito das suas atribuições, expedirá normas complementares para cumprimento dos dispostos nesta Portaria.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Protocolo: 153734

PORTARIA Nº 32.183, DE 09 DE MARÇO DE 2017.

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 15, XXXIV do Regimento Interno – Ato nº 63/2014 com suas alterações;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas do Estado do Pará assinou o Termo de Adesão Sistemática de Avaliação de Qualidade e Agilidade do Controle Externo no âmbito dos Tribunais de Contas, na sua primeira versão, realizada em 02 de julho de 2013;

CONSIDERANDO que a Resolução Atricon nº 01/2015 regulamenta a aplicação do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas – MMD-TC, no âmbito do Projeto Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas - QATC, promovido pela Atricon;

CONSIDERANDO que o MMD-TC, integrante da segunda versão do QATC, tem por objetivo, segundo aquela resolução, fortalecer o sistema nacional de controle externo e contribuir para que os Tribunais de Contas atuem de maneira harmônica e uniforme, aprimorem a qualidade e agilidade das auditorias e dos julgamentos, valorizando o controle social e oferecendo serviços de excelência, a partir de um padrão de fácil verificação e confirmação;

CONSIDERANDO a necessidade de viabilizar a avaliação voluntária do desempenho do Tribunal de Contas do Estado do Pará em comparação com as boas práticas internacionais e diretrizes estabelecidas pela Atricon, no âmbito do Projeto QATC;

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir Comissão de Avaliação com o objetivo de avaliar o desempenho do Tribunal de Contas do Estado do Pará em comparação com as boas práticas internacionais e diretrizes estabelecidas pela Atricon, no âmbito do Projeto QATC.

Art. 2º. A Comissão de Avaliação será composta pelos servidores:

- Maria Carolina Ferreira Rameiro, matrícula nº 0101075;

- Isabella Tupinambá Emmi, matrícula nº 0100318;

- Jorge Batista Junior, matrícula nº 0695521;

- Mariúcia de Fátima Santos Dias de Lacerda, matrícula nº 3213781;

- Reinaldo dos Santos Valino, matrícula nº 0100437;

- Sônia Abreu da Silva Elias, matrícula nº 0100347;

- George Gilson Oliveira dos Reis, matrícula nº 0101056.

Parágrafo Único. A comissão de Avaliação será coordenada pelo servidor Reinaldo dos Santos Valino.

Art. 3º. Compete à Comissão de Avaliação:

I - Elaborar o seu plano de trabalho, com observância do cronograma definido pela Atricon;

II - Adotar os modelos de papéis de trabalho estabelecidos pela Atricon;

III - Realizar as atividades necessárias, envolvendo os líderes e servidores responsáveis pelas áreas, produtos e atividades avaliados;

IV - Promover a avaliação do Tribunal de Contas do Estado do Pará, observando o cronograma estabelecido pela Atricon;

V - Elaborar o relatório sobre o resultado da avaliação, seguindo o padrão definido no MMD-TC;

VI - Atualizar a planilha do resultado dos indicadores do MMD-TC anualmente e disponibilizá-la até 30 de novembro, para fins de monitoramento, consolidação e divulgação pela Atricon;

VII - Manter contato permanente com a Atricon, prestando-lhe as informações que lhe forem solicitadas;

VIII - Participar dos treinamentos promovidos pela Atricon;

IX - Utilizar a ferramenta de comunicação estabelecida pela Atricon;

X - Dar suporte à Atricon, facilitando-lhe o acesso às evidências da informação;

XI - Encaminhar o relatório sobre o resultado da avaliação ao Presidente do TCE-PA, para fins de remessa à ATRICON.

Art. 4º. A Comissão de Avaliação atuará com independência, isenção e imparcialidade na avaliação do Tribunal, orientando-se pelo MMD-TC e assegurando a confidencialidade das informações e dos resultados.

Art. 5º. Fica assegurada à Comissão de Avaliação a autonomia para o desempenho da atividade, bem como acesso a pessoas, documentos, informações e sistemas relevantes para o procedimento.

Art. 6º. O Controle de qualidade da avaliação será efetuado por comissão de Controle de Qualidade composta por 02 (dois) servidores não integrantes da comissão de avaliação, designados por Portaria específica.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Protocolo: 153739